

ACTA N.º 1

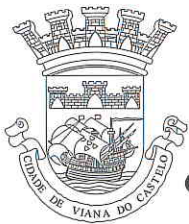
Aos dez dias do mês de Março do ano de dois mil e onze, na Câmara Municipal de Viana do Castelo, reuniu o Júri do procedimento concursal comum constituído pelo Chefe de Divisão de Recursos Naturais, Engº José Paulo Dantas Vieira, pelo Director de Departamento de Conservação e Valorização do Património, Engº António Rodrigues de Carvalho, e pela Chefe de Divisão Administrativa e de Recursos Humanos, Dra. Hirondina da Conceição Passarinho Machado. -----

A reunião teve em vista proceder à admissão ou exclusão dos candidatos ao procedimento concursal na modalidade de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, tendo em vista o preenchimento de **01 (um)** posto de trabalho previsto no Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Viana do Castelo, na categoria de **Técnico Superior (funções de Engenharia Florestal)**, em conformidade com o aviso de abertura publicado no Diário da República II Série n.º 24 , de 3 de Fevereiro de 2011, com oferta na BEP - Bolsa de Emprego Público, sob o código OE 201102/0017 e no Jornal Correio da Manhã. -----

Teve a reunião em vista apreciar as candidaturas apresentadas ao referido concurso, bem como proceder à verificação dos elementos exigidos no aviso de abertura do concurso, tendo verificado que concorreram os seguintes candidatos: Cristina Maria Barbosa Miranda, Gisela Maria dos Santos Matos, Isabel Correia Leal, João Paulo Pires de Oliveira, José Ricardo do Espírito Santo Miranda, Manuel Prego de Faria Ramos, Maria Fabíola Santos de Oliveira, Maria Miguel Teixeira Cruz, Paulo Ricardo da Silva Pereira e Tânia Cristina Ribeiro Teixeira. -----

De seguida o Júri do Concurso deliberou por unanimidade: -----

PRIMEIRO: Admitir os seguintes candidatos ao referido procedimento concursal. -----



Cristina Maria Barbosa Miranda, Gisela Maria dos Santos Matos , José Ricardo do Espírito Santo Miranda, Maria Fabíola Santos de Oliveira, Paulo Ricardo da Silva Pereira e Tânia Cristina Ribeiro Teixeira. -----

SEGUNDO: Admitir condicionalmente o candidato **Manuel Prego de Faria Ramos**, sob condição de no prazo de 10 dias úteis, vir assinar o formulário de utilização obrigatória, o qual configura uma declaração sob compromisso de honra. -----

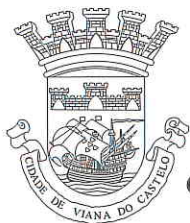
TERCEIRO: Excluir os seguintes candidatos: -----

a) **Isabel Correia Leal, João Paulo Pires de Oliveira**, por não serem possuidores da habilitação pretendida (Licenciatura em Engenharia Florestal). -
b) **Maria Miguel Teixeira Cruz**, por não apresentar Bilhete de Identidade / Cartão de Cidadão, obrigatório conforme o ponto 6. do aviso de abertura publicado no Diário da Republica, II Série, nº 24, de 3 de Fevereiro de 2011. ---

QUARTO: Foi deliberado promover a audiência aos interessados, nos termos do artigo 100º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, conjugado com o n.º 1 do art.º 30º da Portaria 83-A/2009, de 22 de Janeiro, sendo fixado o **prazo de 10 dias** úteis, para querendo e por escrito, virem ao processo pronunciar-se acerca da referida lista de candidatos. -----

QUINTO: Relativamente à legislação de suporte da prova escrita de conhecimentos, o Júri deliberou informar, para melhor esclarecimento, que poderá ser consultada, desde que simples, não anotada; e será a seguinte: ----

- a) Quadro de Competências e Regime Jurídico de Funcionamento dos Órgãos dos Municípios e das Freguesias (Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, revista pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e rectificada nos termos das Declarações de Rectificação nºs. 4/2002, e 9/2002);
- b) Quadro de Transferência de Atribuições e Competências para as Autarquias Locais (Lei nº 159/99, de 14 de Setembro);
- c) Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores que Exercem Funções Públicas (Lei n.º 58/2008, de 9 de Setembro);



- d) Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas (Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro);
- e) Lei SIADAP – Sistema Integrado da avaliação do Desempenho na Administração Pública: Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro, Decreto Regulamentar n.º 18/2009, de 4 de Setembro;
- f) Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho;
- g) Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro;
- h) Plano Operacional Municipal (definido no Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro);
- i) Plano Municipal de Defesa da Floresta contra incêndios (definido no Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro e na Portaria n.º 1139/2006, de 25 de Outubro.

E, por nada mais haver a tratar, foi encerrada a reunião, da qual para constar, se lavrou a presente acta, que vai ser assinado por todos os membros do Júri. -

João Paulo Vieira

A. S. S. A. S. S. G. S. S.

[Signature]
